

Representações sociais nas audiências públicas de Belo Monte: do palco ao recorte midiático¹

*Thiago Almeida Barros²
Nírvia Ravena³*

Resumo: Neste trabalho, analisamos o comportamento de grupos de pressão e movimentos sociais em relação à implementação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, Pará. A base do estudo consiste na avaliação presencial das audiências públicas do empreendimento, que ocorreram em 2009, e na representação desses eventos na mídia - nos principais jornais impressos de São Paulo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, e do Pará, O Liberal e Diário do Pará. Nas audiências, demandas ambientais e de políticas sociais se fizeram marcantes. Fazemos associações entre as demandas qualificadas nas audiências públicas e as estratégias políticas de formação da opinião pública e a ocorrência de falas de atores sociais na mídia. Partimos do pressuposto de que as audiências assemelham-se à estrutura de palco midiático, como espaço de influência política em relação à plateia.

Palavras-Chave: Audiências públicas; hidrelétricas; representação social.

1. Questão energética e opinião pública

O processo de implementação de políticas públicas na Amazônia relacionadas à matriz energética brasileira merece destaque diante da classificação da região como fundamental para o atual modelo de desenvolvimento do governo do PT, sobretudo no comando de Luís Inácio Lula da Silva. Depois do período de crise energética enfrentado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), entre 2000 e 2001, a exploração dos recursos hídricos amazônicos foi acelerada pela administração petista por meio de altas verbas oriundas de um componente específico dentro do Programa de Aceleração do

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 5 – Comunicação e sociedade civil – do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

² Jornalista profissional, mestrando em Planejamento e Desenvolvimento (PLADES) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Universidade Federal do Pará (UFPA) e professor auxiliar do curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (UNAMA).

³ Doutora em ciência política pela SBI/IUPERJ. Professora adjunta da UFPA – graduação e pós-graduação – e professora titular da Unama.

Crescimento (PAC). Dentro de 15 anos, pelo menos 10 hidrelétricas poderão ser instaladas nas bacias Amazônica e do Araguaia/Tocantins, formando os principais polos de geração de um novo sistema interligado para transmissão de energia para as regiões Sul e Sudeste do Brasil (MME, 2007a; MME, 2007b).

A implementação da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, era a obsessão de Lula (SEVÁ FILHO, 2005) – e segue assim no governo da presidente Dilma Rousseff – e reforça a manutenção do paradigma de grandes projetos na Amazônia (BERMANN, 2002; BUARQUE, 2006; FEARNSIDE, 2009; GARCIA, 2006; MAGALHÃES, *et al*, 1996).

A arena de debates sobre a construção de novas grandes hidrelétricas na Amazônia – após Tucuruí, no rio Tocantins, no Pará, na década de 1980 – começou a ser reforçada em 1988, quando lideranças indígenas e pesquisadores brasileiros participaram, na Flórida (EUA), de simpósio sobre manejo de florestas tropicais e relataram que o Banco Mundial (BIRD) iria financiar um projeto de hidrelétricas no rio Xingu. A inundação de sete milhões de hectares para a construção das usinas significaria o desalojamento de 13 grupos indígenas, mas nenhuma das comunidades foi consultada.

No entanto, mais de 20 anos depois, discussão sobre as reais necessidades de infraestrutura do País pairam sobre as características generalizantes da mídia (DUTRA, 2005; MARCONDES FILHO, 2002; CHARAUDEAU, 2007; TRIGUEIRO, 2003) e das negociatas entre grupos de pressão do capital e governos (BARROSO, 2000; SAMUELS, 2002). A persistência governamental em construir hidrelétricas, como Belo Monte, está baseada numa sólida estratégia de argumentos dentro da lógica e vantagens comparativas da matriz energética brasileira. Os rios da margem direita do Amazonas têm declividades propícias à geração de energia e se destacam pela posição em relação às frentes de expansão econômica da região central do País, afirma Zanchetta (2008, p. 1).

Ao longo de quase 30 anos, desde a conclusão dos primeiros estudos de inventário hidrelétrico das bacias hidrográficas da Amazônia pela Eletronorte, surgiu um interesse crescente em relação à questão. No entanto, existe a carência de circulação, sobretudo na mídia, de resultados de trabalhos mais abrangentes sobre a implementação de projetos governamentais voltados à matriz energética brasileira. A bibliografia em questão possui, em sua maioria, um direcionamento para o viés econômico e técnico do empreendimento, com

chancela governamental. Mas os constantes debates a partir da década de 1990 promoveram a publicação de relatórios, livros, artigos e outros trabalhos com importantes considerações e alertas sobre o andamento das políticas públicas para o setor hidrelétrico na região (BERMANN, 2002; MAGALHÃES, *et al*, 1996; PINTO, 2002; SEVÁ FILHO, 1990).

Habermas (1962; 1999; 2003) atesta que a esfera pública onde ocorria a discussão qualificada sobre os temas comuns à sociedade foi corrompida no momento em que os conceitos de público e privado foram atrelados a simulacros e propaganda, sobretudo com a mercantilização da mídia. Este paradigma interfere de forma crucial no exercício da democracia, instrumento preponderante para a implementação de políticas públicas sustentáveis e que respondam aos problemas sociais. Diante deste contexto, a obrigatoriedade das audiências públicas para a legitimação de grandes projetos ambientais deveria garantir a formação de uma opinião pública qualificada acerca das principais impactos dos empreendimentos, seja positivos ou negativos. Contudo, este processo de caráter deliberativo tem sido assimilado pelas lógicas da política e da mídia, sendo utilizado como ferramenta para visibilidade – sobretudo na proximidade de períodos eleitorais.

Com base nesta problemática, analisamos neste trabalho a associação entre as demandas qualificadas nas audiências públicas para o licenciamento prévio da usina hidrelétrica de Belo Monte e as estratégias políticas de formação da opinião pública – considerando o evento como palco ou arena de debates. A partir da observação empírica dos eventos – que ocorreram entre 11 e 16 de setembro de 2009, em três municípios que poderão ser atingidos diretamente pelo empreendimento (Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo) e na capital do Pará, Belém –, vamos problematizar, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), sobre evidências que indicam a ação dos executivos do Estado e municípios com o objetivo de transformar demandas identificadas nas audiências em estratégias de visibilidade de candidatos e influenciar a formação da opinião pública cerca de um ano antes das eleições majoritárias e proporcionais de 2010. Também analisaremos a representação destes eventos na mídia, nos dois principais jornais paraenses – O Liberal e Diário do Pará – e de São Paulo – Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Partimos do pressuposto de que as audiências assemelham-se à estrutura de palco midiático, com espaço de influência política em relação à plateia (MIGUEL, 2002).

2. Gênese da “necessidade” de Belo Monte

Antes de o presidente Fernando Henrique Cardoso dar início aos planos Brasil em Ação (no âmbito do Plano Plurianual-PPA 1996-1999) e Avança Brasil (dentro do PPA 2000-2003), o País vivia o lapso de uma década sem que o governo investisse maciçamente em geração e distribuição de energia e novas alternativas para a matriz energética brasileira (SOLNIK, 2001). Mesmo após a construção das gigantes hidrelétricas Itaipu (binacional) e Tucuruí (nacional), os brasileiros passaram a conviver com a ameaça de blecautes (popularmente chamados de apagões) e racionamentos de energia, problemas que tiveram seu auge entre 2000 e 2001 – reflexo de chuvas escassas no Brasil, reservatórios de usinas sem a capacidade mínima necessária de água e poucos investimentos no setor.

Para Fernando Henrique, a melhor alternativa eram os projetos de construção de 13 hidrelétricas (quatro previstas no PPA 1996-1999 e nove no PPA seguinte), a instalação de duas linhas de transmissão (PPA 1996-1999) e a construção de dois novos sistemas de transmissão, além da duplicação do sistema Norte-Sul (PPA 2000-2003).

As atuais previsões de crescimento econômico do País (cerca de 5% ao ano) são superiores à média mundial. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que o número de unidades residenciais aumente para 63,2 milhões até 2017. Esta taxa de crescimento é considerada no mais recente estudo sobre a questão energética, a publicação Matriz Energética Nacional 2030, sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

As projeções feitas pelo IBGE apontam que a população brasileira superaria 238 milhões de pessoas em 2030, com taxa de crescimento médio de 1,1% ao ano desde 2000. A expectativa aponta o aumento de domicílios permanentes ocupados no País de 57.551,4, em 2010, para 81.837,4, em 2030 (MME, 2007a, p. 82-96).

Para suprir a demanda e evitar o risco de novos apagões e racionamentos que assombraram o governo de Fernando Henrique Cardoso, a gestão petista intensificou a exploração da potência instalada dos rios da Amazônia brasileira por meio do componente fornecimento de energia elétrica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A prioridade ao setor determinada no governo de Luís Inácio Lula da Silva é justificada pelo PT no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015.

De acordo com o documento, a fonte hidrelétrica apresenta grande vantagem competitiva no País, já que se trata de um recurso renovável e “com possibilidade de ser implementado pelo parque industrial brasileiro com mais de 90% de bens e serviços nacionais” (MME, 2007a, p. 140). No entanto, o consumo desta energia deverá se concentrar, em maioria, no setor industrial, de acordo com as previsões do Ministério de Minas e Energia para 2030.

Em um prazo inicial de 10 anos, o governo petista pretende finalizar a primeira etapa do componente energia elétrica do PAC, com a construção de novas hidrelétricas na região Norte e a ligação delas ao Sistema Nacional Integrado (SIN), o que ampliaria a eficiência do sistema para quase 100%. De acordo com o Governo Federal, a previsão de investimento consolidado para o componente energia elétrica do PAC é de R\$ 65,9 bilhões, entre 2007 e 2010, somente para geração – R\$ 12,5 foram destinados à transmissão. Depois de 2010, mais R\$ 20,7 bilhões para geração e R\$ 3,4 bilhões para transmissão. Neste período, vão ser investidos R\$ 32,7 bilhões somente na região Norte.

A meta governamental é garantir a segurança do abastecimento e da modicidade tarifária da energia elétrica. A perspectiva, a nível nacional, era de geração de 12.386 MW até 2010 e mais 27.420 MW após este ano. Além disto, transmitir 13.826 MW até 2010 e mais 5.257 MW em seguida (SCHUCK, 2007). Contudo, no planejamento, a energia gerada não é prioridade para a região Amazônica. Vai, sim, ser distribuída para os maiores mercados do Brasil por meio do SIN, a grande rede de linhas de transmissão que está em processo de ampliação – o que implica em maior impacto às áreas florestais amazônicas.

3. Participação e deliberação nas audiências públicas

Nas duas últimas décadas, houve um aumento da visibilidade, discussão e participação da sociedade civil nos processos de licenciamento ambiental como a produção e divulgação de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e de audiências públicas. Esta comunicação trata da circulação de informações e discussão nos processos de licenciamento ambiental, da formação da opinião pública, a partir

da participação dos agentes envolvidos em grandes. Incentivam o papel deliberativo e da troca de opiniões (FIGUEIREDO, 2002; BARROS, 2004; GUICHENEY, 2008).

Locatelli (2010) destaca que, anteriormente, grandes projetos estatais para a Amazônia, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí, não contemplavam esse campo de discussão. Sobretudo no período militar, o acesso público a informações era restrito. Esta situação começou a mudar a partir da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que criou o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima), que reforçava a participação nos processos decisórios. A questão também foi englobada pela resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente: a obrigatoriedade do componente de divulgação de EIA e RIMA.

Neste contexto, eventos como audiências públicas se enquadrariam em um processo deliberativo, onde atores podem construir conhecimento e debater pontos de vistas diversos acerca de determinada questão. No entanto, a arena para negociação e construção de sentidos, no caso das audiências públicas de Belo Monte, foi usada de forma estratégica por políticos das esferas municipal e estadual do Pará e representada de forma diferenciada na mídia.

Cal (2006) faz uma revisão sobre o conceito de deliberação. A autora aponta que Habermas (1997), Gutmann e Thompson (2004) e Dryzek (2004) defendem a capacidade de construção de sentidos e de entendimento coletivo a partir do processo deliberativo, mas outros autores identificam problemas nesta abordagem, afirmando que a deliberação não possibilita, necessariamente, a mudança de preferências. Assim, os indivíduos agiriam preocupados com seus próprios interesses, em desacordo com o bem coletivo, como apontam Bell (1999) e Medearis (2004).

Considerando estas duas lógicas relacionadas ao processo deliberativo, as audiências públicas de Belo Monte apresentaram duas situações de enfrentamento. Na primeira, o uso da arena de debates como espaço de legitimação de interesses do governo federal acerca da matriz energética brasileira, com o silenciamento estratégico de atores opositores ao projeto de implementação da hidrelétrica. Na segunda, a ação de políticos das esferas municipal e estadual na tentativa de persuasão do público presente, uma prévia exposição às proximidades das eleições de 2010, em dois lados: os políticos da situação, que reiteram o

posicionamento governamental; e os políticos que rebatem os argumentos de que o empreendimento seria benéfico à região do Xingu.

As audiências públicas deveriam ser o espaço de debate público e questionamento de práticas e conceitos estabelecidos – no caso de Belo Monte, a publicização e discussão dos resultados do EIA e do RIMA do empreendimento. Produzidos pela empresa Leme e divulgados no segundo semestre de 2009, os documentos têm sido extremamente criticados por grupos de pesquisadores e movimentos sociais contrários à construção da usina. A avaliação de impacto tem mais de 20 mil páginas, divididas em 36 volumes, e começou a ser disponibilizada no site do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) somente algumas semanas antes das audiências públicas, em setembro de 2009. O RIMA apresenta considerações simplistas sobre o projeto e não esclarece as principais dúvidas dos moradores da região.

A empresa Leme estima que Belo Monte deva gerar 18.700 empregos diretos e 23 mil indiretos, além da atração de 54.300 famílias em busca de emprego (MME, 2009). Esta demanda poderá superlotar a região do Xingu, historicamente desprovida de infraestrutura para transporte, educação e saúde. Representantes de ONGs e associações contrárias à barragem temem o aumento geométrico dos índices de violência, habitação e saúde precárias. Essas questões e, sobretudo, as demandas sobre impactos ambientais previstas para a região com a construção da usina, não foram discutidas no formato de tomada coletiva de decisões.

Nas audiências públicas, as liberdades comunicativas dos indivíduos não foram respeitadas. Ocorreu troca de razões, mas de forma estrategicamente controlada pelos promotores das audiências, com destaque para o IBAMA. Atores de diversos campos da sociedade contrários à construção da usina foram submetidos à lógica coercitiva do evento. Críticas à mesa – formada por representantes do IBAMA, Eletrobras, Eletronorte, governos estadual e federal e pesquisadores da Leme – significavam, corriqueiramente, o desligamento dos microfones, retirada do indivíduo do local de fala por meio da repressão da Força Nacional ou respostas evasivas após réplicas, sem direito a tréplicas. No entanto, políticos da base de apoio ao governo discursavam sem tempo pré-definido – oficialmente, cada participante do debate tinha três minutos para se expressar. As falas contemplavam a legitimação do empreendimento. Além disso, os discursos agregavam os possíveis benefícios

da usina à atuação destes políticos na região, como uma prévia da propaganda eleitoral em período proibido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

4. Estratégias políticas na arena de debates

As instituições políticas, organizações cidadãs e a mídia têm o papel de organizar o espaço público de debates, lugar de construção da opinião, resultado da busca por uma verdade mediana. Segundo Moscovici (1978 *apud* REIGOTA, 2002, p. 69), o caráter social dessas representações transparece na função que elas desempenham: “contribuir para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais”. Nas audiências públicas de Belo Monte, organizadas pelo governo federal para o cumprimento da legislação ambiental, políticos transitaram de forma estratégica para influenciar a orientação das comunicações e reforçar o capital político a partir da possibilidade de maior visibilidade.

A estrutura das audiências públicas se assemelha à metáfora colocada por Miguel (2002) para o funcionamento da mídia e sua relação com a sociedade em geral: plateia, palco e bastidores. Por oferecer visibilidade, a mídia é central para o campo político. Desta forma, políticos em geral mudam o comportamento de acordo com a lógica dos meios de comunicação e de eventos midiáticos, em formato de arena pública de debates, como as audiências de Belo Monte – que reuniram jornalistas dos principais conglomerados de comunicação do Brasil e algumas redes de TV e jornais de outros países.

Diante de uma plateia delimitada, mas com possibilidade de maior abrangência a partir da publicização das audiências, os políticos ingressaram no lugar de fala do evento com o mesmo comportamento apresentado no palco oferecido pela mídia – contando com um acordo tácito com os representantes dos bastidores, formados pela mesa diretora das audiências. A plateia, que abrangia a maioria dos movimentos e atores contrários à construção da usina, vez ou outra conseguiu intervir no palco, muito mais pela necessidade de a mesa diretora legitimar o processo democrático inerente aos objetivos das audiências públicas.

A estrutura das audiências apresentou características midiáticas ao organizar os lugares de fala por meio de representações da verdade, do real, que também podem apresentar “infiltrações”, como coloca Charaudeau (2007, p. 17-18):

[...] manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores [...]. É próprio de uma comunidade social produzir discursos para justificar seus atos, mas não está dito que tais discursos revelam o verdadeiro teor simbólico desses atos: muitas vezes os mascaram [...], por vezes pervertem, ou mesmo o revelam em parte.

Charaudeau (2007, p. 48-49, 52-53 e 61) enfatiza como uma das estratégias do discurso político os efeitos de verdade. É um processo que não tem como objetivo a verdade, mas, sim, a busca da “credibilidade”, o que concede aos atores de determinados campos sociais o “direito à palavra”. Neste caso, o “informador” é uma pessoa pública, tem notoriedade, desempenha o papel de “portador da verdade”. Quem tem direito à palavra carrega um discurso que varia entre o informativo (em seu sentido original, para transmitir saber e ancorado na ordem do que “já foi”, da prova) e o propagandista (da ordem do “há de ser”, da promessa. Portanto, sem nada a provar). Para que algo na arena pareça real, escreve Lash (1983 *apud* CHAUI, 2006, p. 8), basta que apareça como crível, plausível ou oferecido por alguém confiável.

No caso do Estado, a sutileza consiste em aumentar propositadamente a obscuridade do discurso para que o cidadão se sinta tanto mais informado quanto menos puder raciocinar, convencido de que as decisões políticas estão com especialistas [...] que lidam com problemas incompreensíveis para os leigos (CHAUI, 2006, p. 9).

Nas audiências públicas, os portadores da palavra construíram um discurso uniforme para legitimar o caráter democrático do processo, como se fosse uma medida tomada exclusivamente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e os partidos da base aliada – e não uma obrigatoriedade com base na legislação ambiental. As declarações ao público presente às audiências seguiram o tom colocado pelo então chefe da Casa Civil paraense no governo Ana Júlia, Cláudio Puty, na audiência pública do município de Vitória do Xingu:

O governo Ana Júlia reforça a posição do governo federal, de que Belo Monte é elemento crucial para a nova relação da região amazônicas com novos empreendimentos, de internalização de renda. Qual postura é diferente agora? Belo Monte é um processo de mudança de postura do Estado, com audiências. Não estamos em uma ditadura.

O então deputado federal Paulo Rocha (PT) prosseguiu a linha argumentativa, na audiência de Altamira:

Como vamos pensar a Amazônia? Antes, impunham grandes projetos à região, mas o Brasil mudou. Temos políticas que levam desenvolvimento aos pequenos também. Não queremos a Amazônia como algo intocável. Aqui existem 20 milhões de pessoas que precisam comer, etc. Antes, o modelo era de um desenvolvimento baseado no autoritarismo. Agora, o governo vem aqui para consultá-los. Saber o que vocês pensam.

As administrações municipais também estavam integradas aos objetivos das coligações, como mostra a declaração do prefeito de Vitória do Xingu, Liberalino Neto (PTB), ao abrir a audiência pública no município:

Quero cumprimentar a Eletrobras, o IBAMA, a Eletronorte, o público de Vitória [do Xingu], Cláudio Puty [representante da governadora Ana Júlia]. Quero cumprimentar a imprensa, a Segurança Nacional, a Polícia Federal... Esse dia ficará marcado na história de Vitória, que tem 16 anos como município e já se tornará tão importante para o futuro do povo brasileiro e para o desenvolvimento da nação. A região da [rodovia] Transamazônica vai tirar o Brasil da escuridão. Vitória do Xingu vai ajudar o Brasil a se desenvolver. Vamos gerar mais de 11 mil quilowatts para o mundo. A hidrelétrica de Belo Monte vai trazer desenvolvimento e emprego.

A ação do poder Executivo paraense nas audiências públicas mostra a estratégia de articulação de grupos de pressão para a abrangência cada vez maior dos objetivos do executivo federal, e assim lucrar com a associação à onda de prestígio do presidente Luís Inácio Lula da Silva no cenário eleitoral de 2010, que já se aproximava. Contudo, desde o período dos primeiros racionamentos de energia elétrica, no governo Fernando Henrique, a maioria das políticas públicas relacionadas à matriz energética originou-se no poder Executivo e não no Legislativo.

A arena política mostra uma lógica federalista que se impõe a cada governo subsequente, mas existe uma guerra de prerrogativas entre Estado e União no caso de legendas diferentes. Recentemente, diante da inserção do componente energia hidrelétrica no

PAC do governo Lula, estados da Amazônia brasileira se comportaram de forma diferente em relação à aceitação das determinações para a construção em massa de novas usinas na região – uma política pública com viés estadista.

No Pará, o pacto federalista entre Lula e a então governadora petista Ana Júlia Carepa reforçou o interesse na implementação da hidrelétrica de Belo Monte. Em contrapartida, em Rondônia, no governo de Ivo Cassol (PP), houve embate acerca da construção – já iniciada – das hidrelétricas de São Francisco e Jirau, no rio Madeira. Enquanto Cassol reivindicava os direitos de se posicionar diante da interferência federal, Ana Júlia recorria ao Ministério de Minas e Energia para tentar garantir a destinação de 20% da energia de Belo Monte aos autoprodutores instalados no Pará.

Este ambiente de embate político também foi visualizado nas audiências de Belo Monte, inclusive com a carga de propaganda eleitoral antecipada por conta da visibilidade oferecida pela metodologia dos eventos. Apesar do acesso restrito ao palco, oferecido de forma aparentemente democrática pelo governo petista, os opositores encontraram brechas para contrapor discursos e garimpar benefícios ao capital político. A estratégia era conseguir sensibilizar os representantes da plateia favoráveis ou não à construção da usina, a exemplo da declaração do senador Flexa Ribeiro (PSDB), na audiência pública de Altamira, que contou com mais de 6 mil pessoas no ginásio municipal:

Belo Monte é importante para o Brasil, mas o Pará tem que ser importante para Belo Monte. Não é o que está sendo exposto [nos esclarecimentos da empresa Leme]. Os editais precisam listar todas as obras estruturantes. Tudo precisa estar especificado... Que os estados e municípios que fornecem energia elétrica sejam tratados da mesma forma que os petrolíferos.

O então deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB), também na audiência pública de Altamira, reforçou a estratégia discursiva da oposição:

O “Brasil de Brasília” precisa da hidrelétrica. Precisa de energia para aumentar o desenvolvimento. Mas o “Brasil do Xingu”, da Transamazônica, o quê vai ganhar com isso? Com o quê o ‘Brasil de Brasília’ vai contribuir? Os royalties só vão entrar quando a usina estiver instalada. Assim, como vamos disputar com a mão de obra qualificada. A cidade [Vitória do Xingu] vai ser a cidade do lixo, a boca do lixo, como ocorreu em Tucuruí. A hidrelétrica só vai ser boa para o Brasil, se for boa para nosso povo.

5. Visibilidade como estratégia eleitoral

A representação do Executivo do Pará nas audiências públicas de Belo Monte mostrou evidências de uma das estratégias do PT no Estado para conquistar espaço em municípios da região do Xingu, um tradicional reduto tucano, vislumbrando a disputa eleitoral de 2010. A então governadora Ana Júlia Carepa escolheu estrategicamente seus representantes nas audiências: o chefe da Casa Civil do governo, Cláudio Puty, que se tornaria candidato a deputado federal; o deputado estadual Zé Geraldo, que concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados; e o deputado federal Paulo Rocha, que disputou uma das duas cadeiras paraenses no Senado.

As evidências encontradas indicam que os executivos municipais e o Executivo estadual, no interior das trocas originadas da política de governadores, diminuem custos de transação para influenciar o eleitor a partir da transformação das demandas identificadas em audiências públicas em estratégias de campanha. Ao destacar três dos seus principais candidatos às eleições para compor o palco oferecido pelas audiências, o PT paraense associa a eles a aura de benefícios socioeconômicos prometidos à região do Xingu com a construção da hidrelétrica.

Quem comanda o palco oferece espaço para a construção do discurso de que a usina levará uma infinidade de benefícios aos municípios diretamente afetados pela construção, fruto da “parceria” entre os executivos locais e estadual, influenciando, assim, a construção da opinião pública. Esta situação remete à colocação de Habermas (2003) sobre como a esfera pública “sobrevive” na modernidade: como simulacro, com funções específicas de propaganda e caráter plebiscitário, em busca de consensos “quase-públicos”, formados por pessoas públicas institucionalmente autorizadas, com caráter manipulativo.

A publicidade, segundo Habermas (2003), que tinha como função mediar a discussão e a transparência do Estado sobre os assuntos coletivos dentro da esfera pública, tornou-se, no século 20, propaganda. Desta forma, levantamos a hipótese de que a ação estratégica do executivo estadual paraense nas audiências públicas de 2009 tenha influenciado o resultado das eleições proporcionais do ano seguinte.

Nas eleições majoritárias, contudo, o cenário previsto para o reduto tucano foi confirmado nos municípios da região do Xingu que serão diretamente afetados com a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Na disputa para o governo do Estado e à presidência da República, o PSDB garantiu ampla vantagem em relação ao PT em relação aos votos válidos. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – acessados em fevereiro de 2011 –, nas eleições para o governo do Pará, Simão Jatene (PSDB) teve a maioria dos votos válidos em Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo – nos dois turnos. Em Altamira, Ana Júlia Carepa (PT) não conseguiu sequer manter a segunda colocação no primeiro turno. Foi superada pelo candidato Domingos Juvenil (PMDB), nascido no município. Na disputa presidencial, José Serra (PSDB) teve ampla vantagem sobre Dilma Rousseff (PT) nos três municípios – em ambos os turnos.

Na concorrência ao Senado, Paulo Rocha (PT) teve a candidatura indeferida com base na Lei da Ficha Limpa. O TSE não divulgou o número de votos do candidato por municípios. O petista conseguiu 1.733.376 votos. Ele ficaria em terceiro lugar na disputa caso sua participação não fosse considerada nula. No entanto, o então deputado federal, mesmo com o capital político manchado pelo envolvimento no escândalo do Mensalão, conseguiu número de votos suficiente para, de fato, disputar uma das duas vagas paraenses contra o senador reeleito Flexa Ribeiro (PSDB) e o ex-deputado federal Jader Barbalho (PMDB).

Mas o resultado das eleições proporcionais mostra que a exposição de Cláudio Puty e Zé Geraldo nas audiências públicas pode ter surtido o efeito esperado pelo PT paraense nos três municípios do interior onde representaram o executivo estadual. Na disputa para a Câmara dos Deputados, os petistas conseguiram quatro cadeiras, enquanto os tucanos ficaram com três. Eleitos, Puty e Zé Geraldo se destacaram em Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, derrubando a influência de políticos do PSDB, capitaneados pelo também eleito Wandelkolk Gonçalves – que foi um dos representantes da oposição nas audiências públicas. Os três estiveram entre os mais votados nos municípios citados.

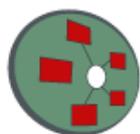
Cláudio Puty, que concorria pela primeira vez nas eleições, conseguiu porcentagens expressivas no número de votos válidos nos municípios onde ocorreram as audiências e em outros domicílios eleitorais da região do Xingu. De acordo com o TSE, a maior porcentagem de votos válidos alcançada pelo atual deputado federal foi em Faro, com 28%, mas ele

conseguiu surpreendentes 17% em Vitória do Xingu (em Altamira alcançou 2,2%. Em Brasil Novo, 1,4%). Zé Geraldo, com maior experiência em processos eleitorais e detentor de visibilidade mais robusta que o companheiro de legenda, conquistou 20% dos votos válidos em Brasil Novo, 10% em Vitória do Xingu e 8% em Altamira. Wandenkolk Gonçalves, que também explorou o palco oferecido pelas audiências públicas conseguiu uma vaga na Câmara dos Deputados com 37% dos votos válidos em Altamira, 26% em Vitória do Xingu e 18% em Brasil Novo.

6. Representação das audiências na mídia

Se nas audiências públicas os atores dos movimentos sociais e demais organizações contrárias à construção de Belo Monte não conseguiram lugar de fala, na mídia, especificamente no *corpus* deste trabalho, eles puderam se expressar. No entanto, precisamos avaliar de que forma essa exposição foi conferida e de que maneira os discursos foram colocados. Para comparar a análise de conteúdo coletado empiricamente nas audiências com a representação dos eventos na mídia, escolhemos quatro jornais impressos brasileiros: O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, os dois mais importantes da principal capital do Brasil, e O Liberal e Diário do Pará, os mais influentes no Pará. Seleccionamos 20 textos jornalísticos que tratam diretamente das audiências nas duas semanas em que elas foram realizadas, de 11 a 20 de setembro de 2009.

Para verificar quais atores sociais tiveram lugar de fala, optamos por listar todos os que foram representados nos textos jornalísticos com citações diretas, em uma analogia à metodologia de concessão de falas, de acesso ao palco, desenvolvida nas audiências públicas, apesar das características coercitivas citadas anteriormente. Representantes de 24 instituições governamentais, federais, ONGS, civis, universidades, movimentos sociais, entre outros, tiveram acesso à visibilidade oferecida pelos jornais e puderam argumentar no debate midiático sobre a construção da usina. Das 56 ocorrências de falas, 39 (69,6%) foram contrárias a Belo Monte. Registramos 17 falas favoráveis (30,4%). O número de ocorrências de falas de cada instituição e a respectiva porcentagem em relação ao total do *corpus* estão listados na tabela 1. Em relação ao número de textos jornalísticos selecionados, 10 foram



retirados de O Liberal (50%), três do Diário do Pará (15%), seis da Folha de S. Paulo (30%) e um de O Estado de S. Paulo (5%).

PERFIL QUANTITATIVO DA DISCUSSÃO NA MÍDIA	
Total de ocorrências nos 20 textos analisados: 56	
Contrários à construção da usina: 39 (69,6%)	
MST	2 (3,5%)
OAB-PA	2 (3,5%)
SPDH	1(0,01%)
FAOR	4 (7,1%)
MPE	5 (8,9%)
MPF	7(12,5%)
GPEE/UNAMA	1(0,01%)
Xingu Vivo para Sempre	1(0,01%)
Pesquisadores	1(0,01%)
Moradores das áreas alvo	5 (8,9%)
Promotoria de Justiça-Altamira	1(0,01%)
Painel de Especialistas	4 (7,1%)
Defensoria Pública-Altamira	1(0,01%)
Paróquia de Vitória do Xingu	1(0,01%)
Indígenas	3 (5,3%)
Favoráveis à construção da usina: 17 (30,4%)	
Força Nacional	2 (3,5%)
Ibama	3 (5,3%)
Funai	1(0,01%)
Governo do Pará	3 (5,3%)
Federação Nacional dos Urbanitários	1 (0,01%)
Eletrobras	4 (7,1%)
Eletronorte	1(0,01%)
Prefeitura de Vitória do Xingu	1(0,01%)
EPE	1(0,01%)

Tabela 1: Perfil quantitativo da discussão da mídia.

Os dados coletados nos jornais mostram que a mídia foi solicitada e deu visibilidade aos principais grupos de oposição à construção da usina e que reclamaram de maior espaço para discussão das ideias nas audiências públicas. Representantes dos ministérios públicos do Estado do Pará (MPE) e Federal (MPF), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), moradores das áreas que serão atingidas pela barragem, grupos indígenas e Painel de Pesquisadores Especialistas, juntos, conseguiram 53,3% das ocorrências de fala nos textos jornalísticos analisados. No entanto, as instituições

governamentais que compuseram a mesa das audiências – Eletrobras, Eletronorte, IBAMA e representantes do governo do Pará – não tiveram a mesma visibilidade: 17,8% do total de falas. Esta análise levanta hipóteses sobre como estas instituições tiveram acesso ou encontraram obstáculos à visibilidade oferecida pelos jornais e sobre o modo de relação entre fonte e jornalista – as principais audiências, em Altamira e Belém, receberam a cobertura da imprensa nacional e internacional. No entanto, vamos nos restringir à análise do produto final dessas relações, os textos selecionados.

Apesar de ganhar espaço na mídia, o movimento contrário à construção de Belo Monte foi representado de forma semelhante à construída pelos representantes do governo federal presentes à mesa das audiências: desorganizado, com tendência à violência, academicamente passional e intolerante à metodologia utilizada para a discussão do EIA e do RIMA e pontos mais polêmicos do projeto de aproveitamento hidrelétrico. Em relação à audiência de Belém, quando ocorreu uma manifestação por conta da mudança do espaço para as discussões – a escolha de um teatro que restringiria a participação a 300 pessoas –, foi reforçada a imagem de que os movimentos sociais ficaram de fora do evento por conta de atos intransigentes e pelo descarte ao diálogo, como nos exemplos a seguir:

A audiência prosseguiu apenas com os representantes dos governos federal e estadual, que apoiam a construção da hidrelétrica, e empresários e madeireiros da região [...]. Sem maiores explicações, os indígenas deixaram o encontro por volta das 19 horas e não retornaram ao teatro (O LIBERAL, 2009a).

Com faixas e cartazes, os índios, com apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) dançavam pintado para a guerra enquanto 20 homens da Força Nacional formavam um cordão de isolamento para evitar a invasão do auditório [...]. Sem acordo, a audiência se iniciou em meio a tumultos, mas foi logo interrompida (O ESTADO DE S. PAULO, 2009).

Textos sobre a audiência pública de Altamira retomaram o incidente ocorrido em maio de 2008, quando lideranças indígenas caiapós feriram um engenheiro da Eletrobras com um facão durante reunião. O material reforça a ideia de que a segurança na audiência – que reuniu cerca de 6 mil pessoas em um ginásio poliesportivo – foi garantida pela Força Nacional, apesar dos protestos.

Para que cenas como essa não voltassem a acontecer, a segurança foi reforçada: quase 300 homens, entre policiais militares, agentes da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança foram convocados [...]. Apesar da gritaria e protestos, não houve violência desta vez (O LIBERAL, 2009b).

Apesar de os textos mostrarem uma versão estigmatizada dos movimentos contrários à construção de Belo Monte, os jornais deram visibilidade a críticas contra o *modus operandi* das audiências públicas, sobretudo com um embate ferrenho entre as instituições governamentais que representavam o legislativo e os ministérios públicos do Estado e Federal. Além de representantes do MPE e MPF, a OAB também reforçou o discurso de que a metodologia das audiências se apresentou contraditória e cerceou a participação da sociedade civil.

O coordenador do Núcleo de Meio Ambiente do MPE, promotor Raimundo Moraes, diz que desde a primeira audiência, em Altamira, percebeu-se uma estratégia para impedir as críticas ao EIA elaborado por Camargo Corrêa e Odebrecht, empresas que deverão se candidatar ao serviço de construção da hidrelétrica. Um dos mecanismos apontados foi a composição da mesa expositora sem representantes do MP e da sociedade civil (O LIBERAL, 2009c).

O mesmo texto citado anteriormente ressalta a visão empírica da metodologia de concessão de falas utilizada nas audiências:

Outro problema foi a delimitação do tempo destinado ao debate. Os procuradores, promotores, índios e demais participantes que já manifestaram críticas ao estudo [EIA] só tiveram direito a três minutos, cada, enquanto os representantes das empresas tiveram tempo livre. Em Altamira, por exemplo, a organização priorizou os discursos de muitos políticos favoráveis ao projeto. O resultado foi o esvaziamento da audiência pela população [...]. Por conta disso, os representantes do MP se retiraram do local.

Diante da pressão dos movimentos sociais e das denúncias feitas a partir da mídia, as instituições responsáveis pelas audiências também solicitaram lugar de fala nos jornais para rebater as acusações, com o mesmo discurso colocado durante os eventos:

Segundo o presidente do IBAMA, Roberto Messias Franco, todos os preceitos legais foram rigorosamente cumpridos nas audiências e todos os interessados em manifestar opiniões “tiveram direito à palavra, desde o empreendedor até o mais radicalmente contrário ao projeto. Tudo comprova que não houve cerceamento” (DIÁRIO DO PARÁ, 2009).

Referências

- BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **A efetividade do direito à informação ambiental**. Universidade de Brasília - Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de mestrado (profissionalizante). 2004.
- BARROSO, P. Grupos de pressão no Brasil. In: **Revista Jurídica UNIJUS**, Vol 3, n. 1, Uberaba, nov. 2000, p. 115-124.
- BELL, Daniel A. Democratic Deliberation: the problem of implementation. In: MACEDO, Stephen (ed.). **Deliberative Politics: essays on Democracy and Disagreement**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1999, p. 70 a 87.
- BERMANN, C. A perspectiva da sociedade brasileira sobre a definição e implementação de uma política energética sustentável – uma avaliação da política oficial. In: Seminário internacional fontes alternativas de energia e eficiência energética – opção para uma política energética sustentável no Brasil (**Anais...**). Câmara dos Deputados, Brasília, jun. 2002.
- _____. Impasses and controversies of hydroelectricity. **Estudos Avançados** (S.I.), vol 21, n. 59, 2007.
- BUARQUE, S. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CAL, Danila. **Deliberação, mídia e o “politicamente correto”: considerações sobre o caso do trabalho infantil doméstico no Pará**. In: I Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica, 2006. Anais. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2010/11/Cal_2006.pdf. Acesso em: 05 de fev. 2011.
- CHARADEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.
- CHAUÍ, M. Simulacro e poder. **Uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.
- DIÁRIO DO PARÁ (jornal). **IBAMA contesta acusações em audiência**. Belém, 17.09.2009, seção Primeiro Caderno, p. A7.
- DRYZEK, John S. **Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations**. Nova Iorque: Oxford, 2000.
- DUTRA, M. **A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005.
- ELETROBRÁS. **SIPOT – Sistema de Informação do Potencial Hidrelétrico**, julho de 2009.
- ELETRONORTE. **Cenários Socioenergéticos da Amazônia (2000- 2020)**, 2000.
- FEARNSIDE, P. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases do efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, vol 12, n. 2, dez 2009, p. 5-56.
- _____. Migração, colonização e meio ambiente: o potencial dos ecossistemas amazônicos. In: FERREIRA, E. *et al* (Ed.). **Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia**. Manaus, vol. 2, p. 247-267, 1993.

FIGUEIREDO, Isabella Lira. **Comunicação como instrumento de gestão ambiental: a participação social nos processos de licenciamento ambiental do setor elétrico.** Universidade Federal Fluminense - Ciência Ambiental. Dissertação de mestrado. 2002.

GARCIA, M. **Ocupação do território e impactos ambientais:** o papel dos grandes projetos de eletrificação da Amazônia. Dissertação de Mestrado. Niterói : [s.n.], 2006, mimeo.

GUICHENEY, Hellen. **Deliberação e problematização socioambiental em torno da PCH-Aiuruoca: A constituição política da categoria de atingidos.** Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dissertação de mestrado. 2008.

GUTMANN, Amy. THOMPSON, Dennis. What deliberative democracy means? In: GUTMANN, Amy. THOMPSON, Dennis. **Why deliberate democracy?** Princeton University Press, 2004. p. 01 a 61.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. O Espaço Público 30 anos depois. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, ano VII, n. 12, Rio de Janeiro, 1999.

_____. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: **Direito e Democracia: entre faticidade e validade.** Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 57 a 123.

LASCH, C. **Cultura do narcisismo.** Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LOCATELLI, Carlos. **A comunicação do estado, do mercado e da sociedade civil em torno da usina hidrelétrica Foz do Chapecó.** In: III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica, 2010. Anais. Disponível em: http://www.compolitica.org/internas/pdfs/3Congresso/carlos_locattelli.pdf. Acesso em: 05 de fev. 2011.

MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; e CASTRO, E. (Orgs.). **Energia na Amazônia.** Belém: UFPA/Numa; MPEG; Unamaz; UFPA/Naea, 1996. 2 v.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e Jornalismo.** A saga dos cães perdidos. 2. ed. São Paulo: Haker Editores, 2002.

MEDEARIS, John. Social Movements and Deliberative Democratic Theory. **British Journal of Political Science**, nº 35, p. 53 – 75, Cambridge University Press, 2004.

MIGUEL, L. "Os meios de comunicação e a prática política". *Lua Nova*, 55-56: 155-184. São Paulo, 2002.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Matriz Energética Nacional 2030.** Brasília: MME/EPE, 2007a.

_____. **Plano Nacional de Energia 2030.** Brasília: MME/EPE, 2007b.

_____. **Relatório de Impacto Ambiental.** Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Brasília: MME/Eletrobrás, 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Plano Brasil em Ação**, PPA 1996-1999. Governo Federal, Brasília, 1996.

_____. **Plano Avança Brasil**, PPA 2000-2003. Governo Federal, Brasília, 2000.

- _____. **Plano Brasil de Todos**, PPA 2004-2007. Governo Federal, Brasília, 2004.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- O ESTADO DE S. PAULO (jornal). **Índios protestam contra Belo Monte**. São Paulo, 16.09.2009, seção Economia, p. B10.
- O LIBERAL (jornal). **Audiência pública acaba em tumulto**. Belém, 16.09.2009a, seção Atualidades, p. 5.
- _____. **Audiência sobre Belo Monte lota ginásio**. Belém, 14.09.2009b, seção Poder, p. 3.
- _____. **MP quer anular audiências sobre usina**. Belém, 17.09.2009c, seção Atualidades, p. 9.
- PINTO, L. **Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo?**. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2002.
- REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social** (5. ed.). São Paulo: Cortez, 2002.
- SAMUELS, D. Financiamento de campanhas no Brasil e proposta de reforma. In: SOARES, G; RENNO, L. (Orgs.). **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 133-153.
- SCHUCK, R. **O PAC e o abastecimento de energia no Brasil**. IV Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase 2007), set., 2007. Disponível em: <www.zonaeletrica.com.br/downloads/.../MME_Ronaldo_Schuck.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2009.
- SEVÁ FILHO, A. Quem inventa o pânico, que se explique, que sofre a ameaça, que se organize. In: COSTA, A. et al. **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Intormação – CEDI, 1990.
- _____. (Org.). **Tenotã-Mô: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005.
- SOLNIK, A. **A guerra do apagão**. A crise de energia elétrica no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- TRIGUEIRO, A. Meio ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento** (2. ed.). Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 75-89.
- ZANCHETTA, I. **A polêmica da usina de Belo Monte**, 2008. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>>. Acesso em: 15 set. 2008.